



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício económico de 2022

Exmos. Senhores,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da **Fundação Círculo de Leitores** elaborou o presente Relatório de Gestão que, em conjunto com os restantes elementos de prestação de contas, permitirá uma melhor compreensão da exploração e do balanço referente ao exercício económico de 2022.

I - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2022 foi marcado pela multiplicação de choques quer do lado da oferta, quer do lado da procura resultando num cenário económico em que se evidencia a subida da inflação, embora a um ritmo inferior às previsões efetuadas no ano anterior. Ao legado da pandemia, marcada por estrangulamentos nas cadeias de abastecimento, reduzida procura e um mercado de trabalho em recuperação; juntou-se, no início do ano, a guerra na Ucrânia, o choque energético dela resultante, políticas monetárias restritivas, terminando com um ciclo de subida das taxas de juro sem precedentes. Neste ambiente, o fantasma da estagflação voltou a pairar e a preocupar economistas e decisores políticos. No entanto, talvez o que mais defina o ambiente vivido durante o ano de 2022 foi o elevado grau de incerteza e um contexto internacional em que as tensões geopolíticas voltaram ao centro das atenções.

Os dados de crescimento do último trimestre de 2022 confirmaram o abrandamento acentuado e esperado da atividade global, causado pelo cocktail explosivo dos efeitos acima identificados. De acordo com a mais recente estimativa do FMI, o crescimento do PIB mundial deverá ter abrandado de 6% em 2021 para 3,1% em 2022, tendo-se verificado, com base nos dados do 4º trimestre, uma disparidade surpreendente entre as principais economias do mundo. A atividade da Zona Euro resistiu melhor do que o esperado face à guerra na Ucrânia, graças a um inverno ameno, às elevadas reservas de gás e à poupança no consumo deste. O crescimento de 3,5% registado acaba por ser semelhante ao previsto no início de 2022, evitando-se de forma surpreendente uma contração, amplamente antecipada, no 4º trimestre. Além disso, embora o PIB tivesse permanecido estável, sem a contribuição anormal da Irlanda, as duas maiores economias e mais dependentes do gás russo (Alemanha e Itália) verificaram uma diminuição menor do que se estimava no 4º trimestre (-0,2% e -0,1%, respetivamente). Em contrapartida, as duas maiores economias do mundo registaram um crescimento significativamente inferior ao esperado, com os EUA a crescerem 2,1% (vs. os 3,5% projetados há cerca de um ano) e a China com um crescimento de 3,0% (vs. 4,7%). Enquanto a deceção da primeira reflete a debilidade dos dados do PIB na primeira metade do ano, por contraposição a um 4º trimestre em que a atividade registou um avanço, em termos trimestrais, de 0,7%; na China, por sua vez, o crescimento foi fortemente condicionado pelas restrições da COVID, especialmente a estratégia "COVID Zero", até ao ponto de se verificar uma estagnação do PIB no último trimestre do ano.

Nos mercados financeiros, os choques referidos conjugaram-se para criar uma “tempestade perfeita”, com todos os índices bolsistas e tipos de ativos a registar perdas históricas. Os índices americanos lideraram as descidas, com o S&P 500 a acumular perdas de 20% no ano, seguindo-se os europeus com o EuroStoxx50 com perdas anuais acumuladas de 12%. A composição setorial dos índices europeus, mais defensiva do que nos EUA, ou seja, menos sensível ao ciclo económico, permitiu um amortecimento das quedas dos índices europeus. Nas economias emergentes, as perdas foram igualmente elevadas, com as bolsas chinesas a cair cerca de 20%, num contexto de menor crescimento económico e de deterioração dos fluxos de investimento das carteiras estrangeiras.

A intensificação das pressões inflacionistas no contexto da COVID-19 e da invasão da Rússia à Ucrânia, deu lugar ao ajustamento mais restritivo da política monetária nos países desenvolvidos, desde a década de 1980, com subidas das taxas oficiais de aproximadamente 300 p.b. e a cessação dos programas de compras líquidas de ativos. Apesar dos ajustamentos já efetuados, a verdade é que há ainda muita incerteza quanto ao nível das taxas oficiais, tanto no ciclo de subida de taxas atual, como a longo prazo. Na Zona Euro, o BCE antecipou que subirá as taxas oficiais até à zona restritiva, ou seja, acima do nível que não estimularia, nem contrairia a economia, ou taxa neutra, como é habitualmente denominada. No final do ano a taxa de juro de referência a 12 meses (Euribor) já superava os 3%, atingindo os 3,02%, o que contrasta com a taxa negativa de 0,5% que se verificava no final de 2021. Por sua vez, nos EUA estima-se que as taxas oficiais já se encontrem próximo desses níveis restritivos e espera-se que a FED as continue a subir nos próximos meses, ainda que a um ritmo mais lento. No final do ano, a taxa de referência a 12 meses (Libor) atingia os 5,47%, face aos 0,52% registados no final de 2021.

Na economia portuguesa, a atividade económica registou uma forte desaceleração a partir do segundo trimestre de 2022, após o período de recuperação da crise pandémica, condicionada pelos efeitos da agressão militar russa à Ucrânia, do aumento da incerteza geopolítica e da crise energética na Europa, que contribuíram para exacerbar o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos. Ainda assim, a evolução da atividade no conjunto do ano teve um crescimento de 6,7% (5,5% em 2021), tendo sido mais positiva do que o inicialmente projetado — a taxa de variação em cadeia do PIB no terceiro trimestre foi superior em 0,3 p.p. — prolongando as surpresas em alta observadas ao longo do período de recuperação económica posterior ao segundo trimestre de 2020.

Num contexto de inflação elevada e estagnação do rendimento disponível real, a resiliência do consumo é explicada pelo desempenho do mercado de trabalho — que se estima numa situação de quase pleno emprego —, pelo impacto das medidas públicas de apoio e pelo recurso às poupanças acumuladas durante a pandemia. O consumo privado nominal aumentou 12,8% em 2022, muito acima da variação do rendimento disponível (6,4%). Dessa forma, a taxa de poupança reduz-se para 4,4%. Sinalizando uma redução da almofada financeira acumulada durante a pandemia, a riqueza financeira líquida das famílias em percentagem do rendimento diminuiu. No segundo trimestre, este rácio situou-se cerca de 8 p.p. abaixo do rácio do final de 2021, mas ainda assim 7,5 p.p. acima do rácio do quarto trimestre de 2019.

A inflação, medida pela variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), aumentou ao longo de 2022 de forma mais rápida e persistente do que o esperado, situando-se em 8,1% no ano (0,9% em 2021). Excluindo os bens energéticos, os preços no consumidor cresceram 6,7% em 2022 (0,4% em 2021). Este aumento em 2022 reflete, em larga medida, as pressões externas sobre os bens energéticos e alimentares, que se propagaram, posteriormente, para as restantes categorias de bens e de serviços. A evidência aponta para que os efeitos de contágio entre as principais componentes do IHPC no período recente estejam a ser mais intensos que no passado. Adicionalmente, os preços dos serviços relacionados com turismo aumentaram significativamente, impulsionados pela forte recuperação do setor. As pressões internas sobre os preços com origem nos salários mantêm-se contidas, enquanto as margens de lucro no setor privado começam a recuperar das quedas registadas na pandemia.

II- A ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO

O ano de 2022 foi marcado por alguns dos efeitos que condicionaram a atividade económica do país e da Europa, das quais podemos destacar o legado dos efeitos pós-pandemia, as restrições de algumas das cadeias de aprovisionamento e as pressões inflacionistas nas áreas da alimentação, energia, combustíveis e matérias-primas.

A Fundação prosseguiu a sua atividade, com destaque para as seguintes atividades:

- Prémio Literário José Saramago: atribuição do Prémio Literário José Saramago 2022 ao escritor Rafael Gallo. A obra vencedora, "Dor fantasma", será publicada, em Portugal, pelo Grupo Porto Editora, e, no Brasil, pela Globo Livros, e distribuída em todos os países da lusofonia.
- Revista Ler: no exercício de 2022 manteve-se a atividade associada à Revista Ler, com publicação trimestral em suporte papel e presença nas plataformas digitais de comunicação social, através de blogue, página no Facebook e Twitter.
- No presente exercício, a Fundação Círculo de Leitores requereu a renovação da declaração de interesse cultural do projeto Atividades da Fundação Círculo de Leitores no Triénio 2022/2024, para efeitos de Mecenato Cultural. Por Despacho do Senhor Ministro da Cultura de 07/02/2023 a citada renovação foi concedida, para o triénio em causa.

III- DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Com base no desempenho da Fundação Círculo de Leitores, o resultado líquido do exercício de 2022 revelou-se negativo, totalizando 5.043,64 euros (cinco mil e quarenta e três euros e sessenta e quatro céntimos).

GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A gestão dos riscos financeiros é efetuada e monitorizada de forma integrada no âmbito das funções financeiras do Grupo e acompanhada proximamente pela Administração. Neste âmbito, a Fundação Círculo de Leitores monitoriza a exposição e adota políticas de gestão de risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio, risco de capital e risco financeiro.

IV – PERSPECTIVAS FUTURAS

O ano de 2022 prometia um regresso à normalidade, mas acabou por ficar marcado por uma série de episódios sem precedentes: a guerra na Ucrânia e a conseqüente crise energética, uma escalada significativa da inflação e o fim abrupto da era das taxas de juros baixas, ou mesmo negativas. Estes acontecimentos continuarão a moldar a economia em 2023, com a Zona Euro a centrar as preocupações dos analistas. A inflação continuará a ser um dos maiores protagonistas em 2023, visto que a sua evolução, especialmente a da componente central, irá determinar as opções dos bancos centrais. Embora se preveja que a inflação nas economias desenvolvidas possa diminuir face a 2022, a correção será incompleta e mantê-la-á nitidamente acima dos objetivos dos bancos centrais.

A incerteza com que 2023 se depara é muito elevada e a questão geopolítica continua a ser um elemento-chave na evolução dos mercados financeiros e da economia, tendo a guerra na Ucrânia como um dos principais determinantes. A notícia positiva é que a probabilidade de o intenso abrandamento do crescimento terminar numa recessão global a curto prazo, como temido no final do Verão passado, está a diminuir. Por detrás da estabilização do cenário está a força do mercado de trabalho, o ajustamento, em baixa, dos preços da energia no último trimestre, a contenção das expectativas dos agentes após a forte deterioração que ocorreu após o início da guerra e o apoio da política fiscal. Em suma, este ano, o cenário de perspetiva de crescimento económico é descendente, com o PIB Mundial a desacelerar para 2,7% e a Zona Euro e os EUA a não irem além de 0,5% e 0,9% respetivamente. Apesar das estimativas de redução da inflação mundial para 6%, estima-se que a Zona Euro e os EUA possam atingir os 5,3% e 4,1% respetivamente.

Perante o aperto das condições financeiras, o ambiente global de incerteza e a erosão do poder de compra causada pela inflação, a economia dos EUA enfrenta um ano de menor dinamismo e crescimento modesto, como os últimos indicadores de sentimento têm vindo a apontar (por exemplo, em dezembro, o PMI composto situou-se novamente em cerca de 45 pontos). Contra a sensibilidade do investimento à subida das taxas da FED, a resiliência do consumo privado e do mercado de trabalho será fundamental. De facto, o mercado de trabalho permanece robusto e mostra sinais de uma flexibilização gradual.

Ao contrário dos EUA, a maior parte dos indicadores sugere que a Zona Euro não conseguirá evitar entrar em recessão durante os meses de inverno, embora também assinalem que deverá ser de baixa intensidade. Contudo, há vários elementos que apontam para um cenário complexo para além da retração económica mais imediata. Em primeiro lugar, após o inverno, os inventários de gás terão sido significativamente reduzidos e a tarefa de os reconstituir, com quase nenhum abastecimento russo, torna-se mais complexa. É, portanto, viável que a atual tendência de poupança no consumo de gás, tanto nos agregados familiares como nas empresas, seja acentuada, a fim de evitar um inverno crítico em 2023-2024 (segundo o Eurostat, o consumo terá sido reduzido em 20% até novembro, em comparação com a média de 2017-2021). Por outro lado, a inflação, embora em declínio, continuará elevada e acima do objetivo do BCE, de modo que se pode esperar que a instituição monetária continue a apertar a política monetária em 2023 (com taxas superiores a 3%, conforme as expectativas do mercado no final do ano). Além disso, o impulso fiscal dos últimos anos reduziu a margem de manobra das contas públicas, e em 2023 apontam para uma certa normalização com vista à reativação em 2024 do Pacto de Estabilidade e Crescimento, enquanto se aguarda a reforma durante este ano para se adaptar aos novos tempos. No entanto, a resiliência que o mercado de trabalho continua a demonstrar (taxa de desemprego de 6,6% em dezembro), uma taxa de poupança ainda acima da sua média de longo prazo e uma melhor posição de partida, graças a um 2022 mais sólido do que o esperado (crescimento do PIB superior a 3,0%), permite um otimismo moderado. Assim, em 2023 estima-se um crescimento médio do PIB de cerca de 0,5%. Porém, a elevada incerteza do ambiente atual e a grande exposição da região a uma escalada do conflito na Ucrânia, introduzem riscos evidentes para o crescimento e riscos ascendentes para a inflação.

Na economia portuguesa, após um crescimento de 6,7% em 2022, estima-se um abrandamento significativo em 2023, para 1%, projetando-se uma aceleração para os anos subsequentes. A evolução da atividade em 2023 reflete a redução dos contributos do consumo privado e das exportações de serviços (líquidos de conteúdos importados) de 2,2 p.p. para 0,0 p.p. no primeiro caso e de 4,1 p.p. para 0,7 p.p. no segundo caso. O contributo do investimento aumenta, situando-se em 0,2 p.p., e o das exportações de bens diminui ligeiramente para 0,3 p.p. Em 2023, o aumento muito reduzido do consumo privado está associado à menor almofada financeira das famílias, ao aumento do serviço da dívida e à baixa confiança dos consumidores. A redução adicional da taxa de poupança contribui para conter a desaceleração do consumo privado. O rendimento disponível nominal desacelera em 2023 — refletindo a estabilização do emprego e o desaparecimento das medidas temporárias de apoio, a par do aumento do serviço da dívida — e o seu poder de compra volta a estagnar dada a inflação ainda elevada. O impacto do aumento das taxas de juro e da inflação sobre a situação financeira das famílias deverá ser mais marcado para os agregados endividados de menor rendimento.

No que toca ao mercado de trabalho, que manteve um comportamento favorável em 2022, perspetiva-se uma estabilização do emprego e da taxa de desemprego em 2023. Estima-se, pois, um crescimento anual do emprego de 0,1%. Prolongando o crescimento da oferta de trabalho dos últimos anos, a taxa de participação aumenta cerca de 1 p.p. em 2022, assumindo-se aumentos mais reduzidos no período 2023-25, tendo em conta o valor historicamente elevado do indicador, superior ao do período pré-pandemia e ao registado na área do euro. A taxa de desemprego avança ligeiramente em 2023, para 6,4%, um valor historicamente baixo.

5


estimando-se que o mercado de trabalho se encontre próximo do pleno emprego. A percentagem de empresas que relatam dificuldades na contratação de pessoal qualificado permanece muito elevada nos principais setores de atividade. Apesar do abrandamento da atividade, projeta-se uma estabilização da taxa de desemprego em 2023-25, num contexto de escassez de mão de obra — dado o crescimento limitado da força de trabalho — que encoraja as empresas a reterem os seus trabalhadores.

Em 2023 prevê-se uma redução da inflação para 5,5%, refletindo as menores pressões de origem externa. O abrandamento da atividade mundial e a dissipação dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento contribuem para atenuar as pressões inflacionistas externas ao longo do período de projeção, assumindo-se uma desaceleração do preço das importações e, em particular, uma redução no caso do gás e do petróleo. Esta evolução é parcialmente contrabalançada pelas pressões internas, num contexto da margem reduzida de recursos no mercado de trabalho e em que os trabalhadores tentam mitigar perdas dos salários reais e as empresas recuperar margens de lucro. Num quadro de normalização da política monetária e em que as expectativas de inflação de longo prazo permanecem ancoradas, a inflação aproxima-se dos valores consistentes com a estabilidade de preços no final do horizonte.

Tendo em conta os riscos e incertezas ao nível do mercado interno, gostaríamos de reafirmar a necessidade de atuarmos com muita prudência, mantendo o enfoque no processo de racionalização de custos iniciado há alguns anos, sem nunca perder de vista o esforço de investimento necessário para fazer face à natural agressividade da concorrência nos principais mercados em que operamos.

Dos objetivos estratégicos definidos para o ano de 2023, destacamos os principais:

- A preparação da atividade conducente à atribuição do Prémio Literário José Saramago em 2024;
- Prosseguimento da edição da Revista Ler.

V – OUTROS FACTOS RELEVANTES E ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após o encerramento das contas do exercício de 2022, não ocorreu qualquer facto a salientar que seja passível de alterar as Demonstrações Financeiras.

VI – DISPOSIÇÕES LEGAIS

Nos termos do Art.º 21.º do DL 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não existe qualquer dívida vencida à segurança social.

Nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro, declara-se que não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado.

VII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Conforme consta das Demonstrações Financeiras, anexas ao presente relatório, o Resultado Líquido apurado no Exercício de 2022 é de - 5.043,64 € (cinco mil e quarenta e três euros e sessenta e quatro cêntimos negativo).

Nos termos legais e estatutários o Conselho de Administração propõe ao Conselho de Curadores que o resultado tenha a seguinte distribuição:

Para resultados transitados: - 5.043,64 euros (cinco mil e quarenta e três euros e sessenta e quatro cêntimos negativos).

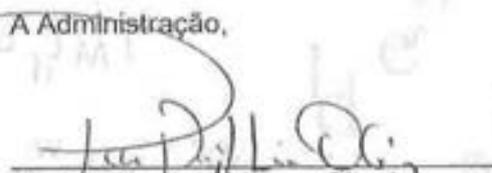
VIII – AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Fundação Círculo de Leitores gostaria de expressar o seu agradecimento a todos os colaboradores, pela continuada demonstração de empenho e dedicação, aos consumidores, pela confiança e preferência pelos seus produtos e serviços, e aos fornecedores e demais parceiros, pelo contínuo apoio prestado à Organização.

Por fim, um agradecimento especial ao Conselho de Curadores e ao Conselho Fiscal pela estimada colaboração e disponibilidade para com a Fundação.

Lisboa, 15 de março de 2023

A Administração,



Paulo Miguel de Lima e Oliveira



Ana Beatriz Lopes Monteiro



Elisio Fernando Borges Maia

Anexo

1. Identificação da entidade

1.1 Designação da entidade: Fundação Círculo de Leitores.

1.2 Sede: Rua Professor Jorge da Silva Horta, 1, Lisboa.

1.3 NIPC: 503476080.

1.4 Natureza da atividade: A Fundação Círculo de Leitores é uma pessoa coletiva de utilidade pública, tendo sido constituída por escritura pública a 11 de abril de 1995 e declarada instituição de utilidade pública em 27 de abril de 1999, pela Presidência do Conselho de Ministros com base no diploma Decreto-lei n.º 460/77 de 07 de novembro, por publicação no diário da república, 2.ª série a 12 de maio de 1999

A Fundação Círculo de Leitores tem por missão a divulgação da cultura escrita e do vasto património literário português, o fomento dos hábitos individuais e sociais de leitura e a promoção de um melhor conhecimento e uso, oral e escrito da língua portuguesa.

Para efeitos do n.º 2 do artigo 9.º do CIRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, na redação dada pelo artigo 28.º da Lei n.º 10-B/96, de 23 de março, foi reconhecida a isenção de IRC à Fundação Círculo de Leitores, a partir de 27 de Abril de 1999, data do despacho em que foi também reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, conforme Diário da República – III série, n.º 255 de 4 de Novembro de 2000.

1.5 Grupo Económico: Integrada no Grupo Porto Editora, cuja casa-mãe é a Urbagesta, S.A., com sede na Avenida da França, 449, Porto.

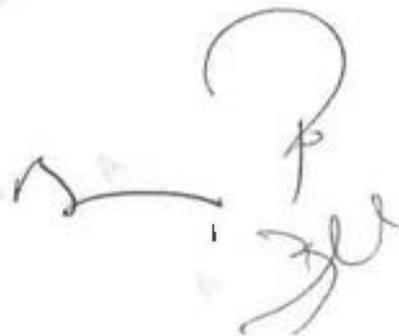
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades sector não lucrativo ("SNC-ESNL"), nomeadamente conforme o decreto-lei nº36 A/2011, de 9 de março, o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas.

- Aviso nº8259/2015 de 29/07- Norma contabilística e de Relatório Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº218/2015 de 23/07- código de contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL); e
- Portaria nº 220/2015 de 24/07- Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo

P. N.


Sempre que o SNC-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações específicas, serão aplicadas supletivamente, e pela ordem indicada as:

- a) NCRF e Normas interpretativas (NI);
- b) Normas internacionais de contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e
- c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, serão aprovadas pelos órgãos sociais competentes, no dia 15 de março de 2023 são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021.

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC-ESNL.

2.3 Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

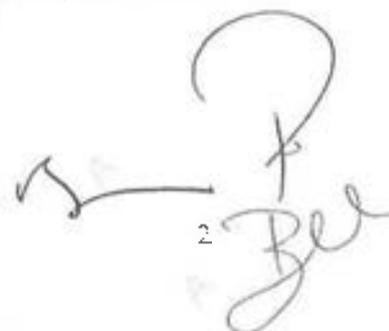
As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Fundação.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentadas na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

P.R.



3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos intangíveis

A Fundação reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, se a provável que fluam benefícios económicos futuros para a Fundação e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra e custos de conversão. O valor realizável líquido deste ativo corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda diretos.

O método de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Fundação reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Imparidade de ativos

A Fundação realiza testes de imparidade sempre que os eventos ou alterações envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Fundação avalia se a situação de perda assume um caráter permanente e definitivo, e se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculados prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentados em balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

P.R.



Esta rubrica não se apresenta influenciada pela aplicação dos valores descontados porque a Fundação considera que o impacto não é materialmente relevante.

Dividas a pagar

As dividas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante).

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro com um risco insignificante de alterações de valor.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Ativos e passivos contingentes

A Fundação não reconhece ativos e passivos contingentes, pois é remota a possibilidade de um exfluxo ou de um influxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido pela Fundação quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Fundação tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;

P.R.

4



- A Fundação não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Fundação;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

Benefícios dos empregados

A Fundação reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo as responsabilidades futuras deduzidas das quantias já liquidadas ou adiantadas à data do balanço.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Gastos/ Rendimentos de financiamentos

Os gastos/ rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

Acréscimos e diferimentos

As transações são reconhecidas contabilisticamente no momento em que são geradas, independentemente do momento em que são pagas ou recebidas. As diferenças entre os valores recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados no balanço, nas rubricas "Diferimentos" e "Outras dívidas a pagar" e "Créditos a receber".

Donativos, Subsídios e outros apoios

Um donativo ou subsídio não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Fundação cumprirá as condições a ele associadas, e que o donativo ou subsídio será recebido.

P. 7.



Um donativo ou subsídio, que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Fundação sem qualquer futuro gasto relacionado e reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível

Acontecimentos após a data do balanço

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos com lugar a ajustamentos das demonstrações financeiras da Fundação

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, fundos patrimoniais, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Fundação, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Gerência considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Fundação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anuidade de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Fundação situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Fundação

P.R.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Fundação classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 Todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso na presente data.

4.2 Desagregação dos valores inscritos nas rubricas de caixa e depósitos bancários e outros instrumentos financeiros:

Descrição	2022	2021
Depósitos à ordem	70.995,95	122.091,16
Total	70.995,95	122.091,16

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período não existiu alteração nas políticas contabilísticas, não foram alteradas estimativas nem foram identificados erros materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

6. Ativos Intangíveis

Esta rubrica é analisada do seguinte modo.

Descrição	2022	2021
Valor bruto		
Adiantamento por conta ativos fixos intangíveis	29.967,47	7.912,63
	29.967,47	7.912,63
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	-	-
Amortização acumulada de períodos anteriores	-	-
Total	29.967,47	7.912,63

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos na rubrica de ativos intangíveis, foram os seguintes:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Saldo final
Valor bruto			
Adiantamento por conta ativos fixos intangíveis	7.912,63	22.054,84	29.967,47
	7.912,63	22.054,84	29.967,47
Amortização acumulada e imparidade			
	-	-	-
Total	7.912,63		29.967,47

7. Inventários

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Valor bruto		
Mercadorias/Embalagens	-	271,25
Produtos acabados e trabalhos em curso	99.588,27	79.063,09
	99.588,27	79.334,34
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(4.695,70)	1.264,95
Imparidades de períodos anteriores	(72.650,89)	(73.915,84)
	(77.346,59)	(72.650,89)
Total	22.241,68	6.683,45

O movimento das imparidades de inventários é analisado da seguinte forma:

Descrição	Saldo Inicial	Dotação	Reversão	Saldo final
Produtos acabados	72.650,89	21.978,27	(17.282,57)	77.346,59
Total	72.650,89	20.421,27	(17.282,57)	77.346,59

Ao abrigo da NCRF 18, a rubrica de inventários tem por base o ciclo de vida de cada revista e os respetivos prazos de colocação no mercado.

P.N.

8. Clientes

A rubrica de clientes é analisada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes gerais	1.122,08	20.808,41
Partes relacionadas	24.717,34	-
	25.839,42	20.808,41
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	-	-
Total	25.839,42	20.808,41

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de estado e outros entes públicos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,51	-
Total	0,51	-
Passivo		
Retenções de imposto sobre o rendimento	2.603,75	2.200,39
IVA a pagar	2.412,12	4.655,15
Contribuições para segurança social	2.131,04	2.131,04
Total	7.146,91	8.986,58

10. Créditos a receber

A rubrica de créditos a receber é analisada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros devedores	1,45	9.431,45
Total	1,45	9.431,45

11. Fundos e Reservas

Os fundos da Fundação resultam de uma dotação de 74.819,68 euros que se encontra integralmente subscrita e realizada pelo fundador Círculo de Leitores, S.A.
Com referência a 31 de dezembro de 2022 a rubrica de Reservas ascende a 63.341,64 euros.

12. Resultados transitados

A rubrica de resultados transitados apresenta, com referência a 31 de dezembro de 2022, o montante negativo de 26.279,12 euros A variação positiva de 8.521,37 euros do exercício, corresponde à incorporação do resultado líquido do ano transato, conforme aprovado em Assembleia de Curadores.

13. Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores gerais	1.304,99	1.154,20
Partes relacionadas	11.523,06	11.041,90
Total	12.828,05	12.196,10

14. Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores de investimentos		
Site	2.442,48	7.912,63
Credores por acréscimos de gastos		
Pessoal	17.261,48	15.838,76
Outros acréscimos	950,00	5.975,28
Total	20.653,96	29.726,67

15. Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Licenças Office	70,60	-
Total	70,60	0,00
Passivo		
Receitas antecipadas	1.649,60	4.135,55
Total	1.649,60	4.135,55

16. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Vendas		
Revistas	46.076,78	40.082,27
Serviços prestados		
Publicidade	40.000,00	23.500,00
Total	86.076,78	63.582,27

O aumento das vendas e serviços prestados decorre do regresso à publicação de quatro revistas por ano, o que não sucedeu em 2021, que foram apenas 3.

17. Subsídios, doações e legados à exploração

A rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Donativos Entidades privadas	75.000,00	60.000,00
Consignação IRS e IVA	8.202,64	4.878,92
Total	83.202,64	64.878,92

A Fundação Círculo de Leitores recebeu em 2022 e 2021 donativos da entidade Porto Editora, S.A. com o intuito de financiar as atividades inerentes ao seu desempenho.

Adicionalmente, na continuidade do exercício de 2021, em 2022, foi recebido o valor de 8.202,64 euros referente à consignação de IRS e IVA.

18. Variação nos inventários da produção

A rubrica de variação nos inventários da produção é analisada da seguinte forma:

Descrição	2021	2021
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	78.148,09	84.032,64
Produtos e trabalhos em curso	915,00	-
Regularizações	(7.069,01)	(23.105,93)
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	99.588,27	78.148,09
Produtos e trabalhos em curso	-	915,00
Total	28.509,19	18.136,38

19. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é detalhada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	75.710,31	40.783,91
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	4.386,05	68,39
Publicidade e propaganda	30.709,30	-
Honorários	1.340,70	-
Conservação e reparação	1.613,58	1.706,87
Materiais		
Material de escritório	73,95	187,00
Combustíveis	461,04	431,05
Deslocações		
Deslocações e estadas	2.506,16	336,23
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	3.986,29	3.766,08
Comunicação	3.171,59	1.832,54
Seguros	516,00	565,16
Contencioso e notariado	215,80	25,00
Outros serviços	113,76	114,99
Total	124.804,53	49.797,22

O aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos decorre do regresso à normalidade em termos do número de revistas publicadas anualmente e pela promoção do evento de comunicação do Prémio Literário José Saramago.

20. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Remuneração do pessoal	48.959,38	45.707,72
Encargos sobre remunerações	9.430,50	9.681,50
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	474,50	470,59
Outros gastos com o pessoal	10.384,36	10.840,44
Total	69.248,76	66.700,25

O número médio de pessoas ao serviço da Fundação, foi de 1 empregado em 2022 e 2021.

21. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Venda de resíduos	281,27	191,01
Total	281,27	191,01

22. Outros gastos

A rubrica de outros gastos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos indiretos	144,60	151,19
Abates de revistas	-	20.354,36
Quotizações	1.492,00	1.564,00
Outros	2.729,98	965,14
Total	4.366,58	23.034,69

P.R.



23. Juros e gastos/rendimentos similares

A rubrica de juros e gastos/rendimentos similares é analisada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Juros obtidos bancários	2,05	-
Total	2,05	-

24. Passivos contingentes

Não se identificam passivos contingentes.

25. Ativos contingentes

Não se identificam ativos contingentes.

26. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida de acordo com os diplomas legais:

- a) A Fundação não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- b) A Fundação não tem impostos em mora ao Estado.

A proposta de aplicação de resultados é apresentada pela Administração no Relatório de Gestão.

27. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos com lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras da Fundação Círculo de Leitores.

Lisboa, 15 de março de 2023

O Contabilista Certificado,

Pedro Rodrigues

O Conselho Administração,

Teófilo Silva,
João



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conforme previsto na alínea c) do artigo 13.º dos Estatutos da Fundação Círculo de Leitores ("Fundação"), vem o Conselho Fiscal apreciar e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, Demonstrações financeiras e anexos da Fundação relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a respetiva proposta de aplicação de resultados.

O Conselho Fiscal acompanhou de perto a ação desenvolvida pelo Conselho de Administração da Fundação no exercício de 2022 e apreciou o resultado de tal ação nas contas desse exercício.

No exercício das nossas competências averiguámos a observância da Lei e Estatutos da Fundação. Procedemos à verificação da regularidade dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte. Comprovámos a adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Fundação.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Em resultado do trabalho desenvolvido, somos do parecer que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados pelo Conselho de Administração; e
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Fundação e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 30 de junho de 2023.

O Conselho Fiscal,

Maria Graciete Fernandes Teixeira
Presidente

José António Fernandes Teixeira
Vogal

KPMG e Associados, vogal e S.R.O.C.
representada por Rui Filipe Dias Lopes, R.O.C.